



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 18 DE JUNHO DE 2009

ACTA Nº 03/2009

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa e do Segundo - Secretário Nuno Filipe Medeiros Martins.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; André Carvalho Almeida; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Durval Carlos Simas Faria.

Não compareceram à sessão os membros: Luís Manuel Barbosa Cabral; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Paulo Jorge Cimbron Varão; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Fernando Jorge

Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Estiveram presentes e assistiram à sessão os Senhores José Fernando Carneiro Sousa e Paulo Miguel Andrade Rego, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, tendo usado da palavra no período de intervenção aberto ao público, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que, atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da segunda sessão ordinária, do dia 2 de Abril de 2009.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e um membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 3 de Abril a 18 de Junho de 2009 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Luís Manuel Barbosa Cabral; Rui Alberto Cabral Borges e Roberto Manuel Pereira de Sousa foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 2 de Abril de 2009.

Pelos membros: Luís Manuel Barbosa Cabral; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos e Paulo Jorge Cimbron Varão foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 18 de Junho de 2009.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

AGRADECIMENTO POR ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a carta enviada pelo Senhor Jorge João de Medeiros Borges, datada de 14 de Abril de 2009 que abaixo de transcreve:

“Em resposta ao vosso ofício nº 15, de 3 de Abril de 2009, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me agradecer a toda a Assembleia, a que V. Exa. tão dignamente preside, o Louvor que me é atribuído, por proposta do Senhor Nuno Filipe Medeiros Martins e que muito me honra.

Este louvor, que partilho com a Mesa Administrativa da Misericórdia que liderei e com todos os colaboradores que, voluntariamente, dedicam à causa dos mais desfavorecidos todo o tempo disponível das suas vidas, significou um reconhecimento do órgão mais representativo da população do Concelho, que, por inesperado, nos sensibilizou profundamente.

Reitero os meus agradecimentos, de forma particular ao autor da proposta, Senhor Nuno Martins, e a V. Exa. que a soube acolher, com protestos da mais elevada consideração.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DA SESSÃO:

O membro Luís Pires referiu que as Sessões da Assembleia Municipal são realizadas sempre às 20:30 horas e questionou qual o motivo da alteração do horário desta Sessão para as 21:00 horas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que normalmente as Sessões desta Assembleia Municipal são realizadas pelas 20:30 horas. Esta Sessão, foi convocada para as 21:00 horas, devido a um compromisso do Senhor Presidente da Câmara, na freguesia do Cabouco.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VEDAÇÃO DE TAMPA:

O membro Luís Pires referiu que na Rua da Trindade, na Vila de Água de Pau, em frente ao Estabelecimento Comercial “Pedalada de José Fernando M. Costa Comércio de Motas e Tintas” existe uma tampa de esgoto com uma saliência, pelo que alertou, que quando possível, os Serviços da Câmara Municipal deveriam proceder à vedação da mesma.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o assunto será tido em consideração.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ESTRADA REGIONAL Nº 1 - 1ª, LAGOA – ÁGUA DE PAU:

O membro Luís Pires solicitou a intervenção da Câmara Municipal no corte de alguns ramos dos plátanos de grande porte que existem ao longo da Estrada

Regional nº 1-1ª, entre Lagoa e Água de Pau, que dificultam a circulação de viaturas pesadas, de forma a melhorar a visibilidade para quem circula na referida Estrada Regional.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que já foi solicitado à Direcção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres o corte dos ramos dos plátanos, tendo o pedido sido indeferido pela Euroscut Açores, entidade que tem a concessão da referida Estrada Regional. A Câmara Municipal irá, novamente, insistir com o pedido de poda dos plátanos, de forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PROCISSÃO DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES:

O membro Luís Pires referiu que no passado dia 17 de Maio, realizou-se a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, na cidade de Ponta Delgada, e todos os Concelhos da Ilha de São Miguel se fizeram representar na Procissão com as suas Bandeiras, com excepção do Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que naquela data estava ausente da Região, em gozo de férias. A Câmara Municipal recebeu um convite do Provedor da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, convidando os membros da Câmara Municipal a incorporarem a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, tendo sido deliberado em reunião, a Câmara Municipal fazer-se representar no referido acto religioso pelo Senhor Vice-Presidente. Os Senhores Vereadores não incorporaram a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres por não concordarem com o posicionamento dos Vereadores das Câmaras Municipais na Procissão, uma vez que não iam em conjunto com o Presidente da Câmara, conforme informação sobre o Protocolo apresentada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como a informação da situação

financeira, documentos que foram enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a Informação das Actividades Desenvolvidas entregue aos membros desta Assembleia Municipal tem vindo a evoluir mas, em sua opinião, continuam a cometer os mesmos erros que já enumerou em sessões anteriores.

Sobre a obra de Requalificação da Praça Velha, na freguesia de Santa Cruz, com uma nova toponímia "Praça da República Portuguesa" comentou que não concorda com a alteração de nome, pois deve conservar-se a toponímia dos nossos lugares. Em sua opinião, a Câmara Municipal está a honrar a República Portuguesa que comemora no próximo ano o seu centenário e a desonrar uma Praça Antiga "Praça Velha " que tem mais de cem anos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 590.000,00 € (quinhentos e noventa mil euros), de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O membro Paulo Jorge Borges questionou quais as obras que estão a decorrer pela Câmara Municipal que são participadas por Fundos Comunitários.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, indicou as obras que estão a decorrer no Concelho de Lagoa, cujas candidaturas foram aprovadas e são participadas por Fundos Comunitários:

- Saneamento Básico de Água de Pau;
- Reconstrução e Ampliação do Edifício para Instalação do Museu do Presépio Açoriano;
- Correção e Beneficiação dos Arruamentos do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça;
- Remodelação de Estradas Municipais no Concelho de Lagoa (Bago das Socas, Socas, Cruzinha e Pinheiro) e Beneficiação de Estradas Municipais na Zona Histórica da Freguesia do Rosário.

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, que aguardam a aprovação da candidatura as seguintes obras:

- Remodelação de Estradas Municipais no Concelho de Lagoa (João Ramos, Silvestre; Estrada Municipal 516 e construção do muro nos Remédios);
- Remodelação de Estradas Municipais no Concelho de Lagoa (Portões Vermelhos, Pópulo de Cima, Canada das Canecas, Canada das Mercês, Rua do Tanque, Caminho da Malaca do Norte e Caminho da Malaca do Sul).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 590.000,00 € (quinhentos e noventa mil euros), de acordo com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

- Inclusão de um novo Projecto: 0202 Obj/Prog. – 0103 – 080701 – Transferência para o Santiago Futebol Clube para apoio às obras de Beneficiação dos Balneários do Campo de Jogos Mestre José Leste, em Água de Pau – 15.000,00 €.
- Anulação: 10 Obj/Prog. - 0304 – 07010401 – Reordenamento da Praça Velha – Santa Cruz - 15.000,00 €.

O membro Paulo Jorge Borges solicitou esclarecimentos sobre a anulação da verba da obra de Reordenamento da Praça Velha para Inclusão do novo Projecto.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou que a obra de Reordenamento da Praça Velha se encontra concluída e sobrou verba na rubrica da referida obra, nomeadamente, referente aos candeeiros.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre

o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 15.000,00 (quinze mil euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA DE DIVISÃO DE ENCARGOS – CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA SEDE DE ESCUTEIROS DO CABOUÇO”:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros da obra de “Construção da Sede de Escuteiros do Cabouço”, em 2 anos económicos, designadamente:

2009 - 69.226,02 € + IVA (6 meses)

2010 - 191.773,98 € + IVA (6 meses).

O membro Luís Pires referiu que foi com agrado que verificou que no documento apresentado pela Câmara Municipal foram indicados os nomes das empresas concorrentes ao referido concurso público, com os respectivos valores das propostas.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada da divisão de encargos financeiros da obra de “Construção da Sede de Escuteiros do Cabouço”, em 2 anos económicos;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA ELEVAÇÃO DO LUGAR DE ATALHADA A FREGUESIA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Constituição da Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia, cujo teor abaixo se transcreve:

“Tendo em conta os movimentos de cidadãos residentes no Lugar da Atalhada, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, visando a sua elevação a Freguesia, desde 2001,

Considerando que, por razões históricas, se reconhece legitimidade à ambição dos cidadãos de Atalhada,

Reconhecendo a importância e a responsabilidade do papel dos órgãos de poder local nesta questão, que deverão conduzir o processo, de modo a que nenhuma das partes envolvidas sofra com qualquer alteração que possa vir a consubstanciar-se, Venho propor à Câmara Municipal a constituição de uma comissão de avaliação da elevação do lugar de Atalhada a Freguesia, cujo principal objectivo será a elaboração de um parecer acerca das vantagens e desvantagens da concretização desta mudança político-administrativa, quer para os cidadãos residentes no Lugar da Atalhada, quer para os restantes cidadãos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Proponho ainda que esta Comissão seja constituída pelo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, pelo Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, por três Membros da Assembleia Municipal, designados pela mesma (estando representados todos os partidos políticos com assento neste órgão, tendo em conta o princípio da proporcionalidade) e por três cidadãos de reconhecida idoneidade do lugar de Atalhada, nomeadamente José Dinis Barbosa, Carlos Eduardo Rego e Eduardo Martins do Vale.”

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Designar os três Membros, (estando representados todos os partidos políticos com assento neste órgão, tendo em conta o princípio da proporcionalidade), para integrar a respectiva Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia:

- Nuno Filipe Medeiros Martins;
- Eduíno Manuel da Ponte Rego;

- Paulo Jorge Soares Amaral Borges;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE LAGOA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Lagoa, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de Regulamento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Lagoa, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento das Distinções Honoríficas, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento das Distinções Honoríficas, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INDENIZAÇÃO CIVIL POR SINISTRO OCORRIDO EM VIAS MUNICIPAIS, DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento Municipal de Indemnização Civil por Sinistro Ocorrido em Vias Municipais, da Responsabilidade do Município de Lagoa, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

O membro Luís Pires expôs que o teor do artigo 6º do referido Regulamento, refere que “1 - A reparação do veículo sinistrado fica sempre sujeita a uma peritagem a realizar em oficina designada por despacho do Exmo. Presidente da Câmara Municipal. 2 - O valor da indemnização a pagar pelos danos causados no veículo sinistrado terá como limite máximo o montante estipulado na peritagem realizada.” e comentou que as peritagens nem sempre são exactas.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que nos termos do artigo 9º do Regulamento apresentado “O lesado tem direito a solicitar a revogação ou modificação dos despachos decisórios, nos termos estabelecidos no Código de Procedimento Administrativo.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Indemnização Civil por Sinistro Ocorrido em Vias Municipais, da Responsabilidade do Município de Lagoa, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores) acompanhada da

proposta de alteração da redacção dos nºs 7, 8, 9, 10, 11 e 12 do artigo 29º do referido Regulamento Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), incluindo a proposta de alteração da redacção dos nºs 7, 8, 9, 10, 11 e 12 do artigo 29º do referido Regulamento Municipal, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, apresentou cumprimentos a todos os presentes na Assembleia e referiu que vem novamente relembrar o perigo que existe na garagem que está servindo de parque de garrafas de gás, sito na Travessa Padre João Furtado Pacheco, na freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa. Acrescentou que além de esta já ser uma situação perigosa, ainda adulteraram as medidas da área da referida garagem.

Informou da notícia de uma explosão de uma garrafa de gás num café, em Vila Franca da Serra, no concelho de Gouveia, no passado dia 1 de Junho que causou seis feridos e alertou que se uma garrafa de gás faz o que fez, qual seria o prejuízo que as 72 garrafas de 13 kg cada e mais 10 garrafas de 55 kg cada, que o interior contém da dita garagem, causariam.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa questionou onde está a “Segurança de Pessoas e Bens” no Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o Parque de Armazenamento de garrafas de GPL em causa se encontra devidamente licenciado, cumprindo com todos os requisitos de segurança.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
